



ATA N.º 04/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CMDPD) DE IÇARA/SC

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, realizou-se reunião ordinária presencial do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Içara (CMDPD), nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, localizada no Paço Municipal Ângelo Lodetti, Torre Norte, Térreo, Praça Presidente João Goulart, n.º 120, Centro, Içara/SC. Verificada a existência de quórum regimental, a Presidente do Conselho, Sra. Bionda Zanette Boaroli, declarou aberta a reunião, cumprimentando os conselheiros presentes. Antes do início da pauta, a Presidente registrou, em nome do colegiado, votos de profundo pesar à conselheira, Sra. Ivani Kamke Schlemper, pelo falecimento de sua filha. Manifestou solidariedade à conselheira e aos seus familiares, ressaltando o respeito, o carinho e o apoio de todos os membros do Conselho neste momento de dor. Na sequência, a Presidente agradeceu a presença de todos e informou que, em razão de seu afastamento por motivos de saúde, os conselheiros, consultados por meio do grupo oficial de comunicação do Conselho no WhatsApp, deliberaram pela não realização da reunião ordinária do mês de junho. Agradeceu a compreensão e o apoio de todos. Em seguida, deu prosseguimento aos trabalhos, passando ao primeiro item da pauta, referente à leitura da Ata n.º 03/2026, da reunião realizada em vinte e oito de maio de dois mil e vinte e seis. A leitura foi realizada pela Secretária, Sra. Patrícia Soares de Souza. Após oportunizada a manifestação dos conselheiros, não havendo retificações ou ressalvas, a ata foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Seguindo os itens da pauta, a Presidente do Conselho informou aos conselheiros sobre a inauguração do Complexo Cidade do Idoso Dona Cota, prevista para o dia três de agosto de dois mil e vinte e seis, oportunidade em que convidou todos os membros do colegiado a prestigiarem a solenidade. Na sequência, apresentou informações sobre o novo equipamento, destacando que o espaço oferecerá diversas oficinas e atividades voltadas à população idosa. Esclareceu que o equipamento não se caracteriza como Centro-Dia nem como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), constituindo-se em um espaço destinado ao desenvolvimento de oficinas e atividades específicas, para as quais os idosos poderão se inscrever conforme as regras de funcionamento a serem divulgadas posteriormente. Por fim, ressaltou a importância do



novo equipamento para o município, diante da crescente demanda por ações voltadas à população idosa e dos benefícios que o espaço proporcionará à comunidade. A Vice-Presidente, Sra. Ivani Kamke Schlemper, apresentou relato sobre reunião realizada com representante da Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e Pescoço (ACBG Brasil), entidade que atua na defesa dos direitos e na promoção da qualidade de vida de pessoas acometidas por câncer de cabeça e pescoço. Informou que a representante esteve na região divulgando as ações desenvolvidas pela associação, que neste ano completa dez anos de atuação, destacando, entre seus principais projetos, a ampliação do acesso à laringe eletrônica, equipamento utilizado por pessoas submetidas à laringectomia total para recuperação da comunicação verbal. Ressaltou que, graças à atuação da associação, o dispositivo passou a ser disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando o acesso ao recurso e promovendo maior autonomia e qualidade de vida aos usuários. A Vice-Presidente destacou que o principal objetivo da visita foi divulgar o trabalho da entidade, fortalecer parcerias e ampliar o conhecimento sobre os direitos das pessoas acometidas por câncer de cabeça e pescoço, enfatizando a importância de iniciativas que promovam inclusão, reabilitação e garantia de direitos. Na sequência, foi apresentada para conhecimento e discussão dos conselheiros a informação referente ao veto ao projeto que previa a substituição do atual Símbolo Internacional de Acessibilidade por um novo desenho representativo. Foi lembrado que o tema já havia sido compartilhado previamente no grupo de comunicação do Conselho e que a conselheira, Sra. Ana Júlia Maiate Vieira sugeriu sua discussão em plenária, considerando a possibilidade de manifestação institucional. Durante os debates, os conselheiros destacaram que o símbolo atualmente utilizado consolidou-se como referência universal de acessibilidade, embora represente originalmente uma pessoa usuária de cadeira de rodas. Em contrapartida, observaram que a proposta do novo símbolo busca representar, de forma mais abrangente, todas as pessoas com deficiência. Entretanto, ponderaram que o novo desenho ainda não possui fácil compreensão pela população, podendo dificultar sua identificação imediata como símbolo de acessibilidade. Também foi discutido que eventual adoção deveria ocorrer de forma gradual, mantendo-se simultaneamente os dois símbolos, acompanhados de identificação textual, favorecendo sua compreensão. Também foram debatidas as diferentes necessidades das pessoas com deficiência, inclusive aquelas com deficiências não aparentes, como pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, pessoas submetidas à mastectomia e outras condições



reconhecidas legalmente, ressaltando-se que o direito ao uso das vagas reservadas decorre da legislação e da emissão da credencial específica, e não da aparência física da pessoa. Os conselheiros ainda relataram dificuldades decorrentes da utilização irregular das vagas reservadas, da insuficiência da fiscalização e da necessidade de ampliar ações de conscientização da população. Como encaminhamento, deliberou-se pela elaboração de um pronunciamento oficial do Conselho acerca da proposta de alteração do Símbolo Internacional de Acessibilidade, que ficou a Presidente incumbida da elaboração da minuta, para posterior apreciação e aprovação pelos conselheiros. Na sequência, a Presidente apresentou como referência as ações constantes do plano da gestão anterior. Os conselheiros destacaram que o novo plano deverá contemplar metas viáveis e compatíveis com a capacidade de execução do Conselho. Foi amplamente debatida a proposta de implantação do Cadastro Municipal da Pessoa com Deficiência, ressaltando-se que sua finalidade deve ir além da coleta de informações, possibilitando melhor planejamento das políticas públicas, integração entre os serviços, orientação quanto aos direitos das pessoas com deficiência e otimização dos atendimentos. Observou-se que atualmente os dados das pessoas com deficiência encontram-se distribuídos entre os sistemas da Saúde, Educação e Assistência Social, sem integração entre si, o que dificulta a elaboração de diagnósticos e o planejamento das ações. Devido ao tempo, ficou encaminhado que o tema continuará sendo discutido nas próximas reuniões. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros e declarou encerrada a reunião. Eu, Bruna Consoni Luzziatti Martins, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, conforme lista de presença. Içara/SC, 30 de julho de 2026.

Bionda Zanette Boaroli -

Presidente

Ivani Kamke Schlemper -

Vice-Presidente

Patricia Soares de Souza -

Secretária

Bruna Consoni Luzziatti Martins -

Secretária Executiva



Renata da Silva Oliveira -

Conselheira Suplente

Indira Celia Monteiro Fernandes -

Conselheira Suplente

Paulo Bernardo Dietrichkeit Pereira -

Conselheiro Suplente

Maria Jose de Araujo santiago Gregorine -

Conselheira Titular